



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

## **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2013**

**(Processo Administrativo n.º 08797002902/2013-04)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a UNIÃO, por meio da Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Acre, sediada à Rua Floriano Peixoto, 874, Centro, Rio Branco/AC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **14/11/2013**

Horário: **11h:00min**

Local: SITE COMPRASNET [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

#### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

#### **2. – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2013, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade: 00001**

**Fonte: 174**

**Programa de Trabalho: 064058**

**Elemento de Despesa: 3390.39.20**

**PI: SOF 0530013**

#### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203 / 3214-1208](tel:(68)3214-1203), [email: cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.3. que estejam reunidas em consórcio;

4.2.4. Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.3. Também é vedada a participação de:

4.3.1. entidades empresariais estrangeiras;

4.3.2. quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.4. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. valor total do item;

5.6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

5.6.2.1. A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.9. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **6. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.14. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

6.14.1. prestados por empresas brasileiras;

6.14.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.15. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexequível.

7.2. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

7.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexecução, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLT/MPOG nº 2, de 2010.

8.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.1.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 01 (uma) hora, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

8.2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

8.3. Habilitação jurídica:

- 8.3.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- 8.3.2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.3.4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.3.5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:

- 8.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 8.4.2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
- 8.4.3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
- 8.4.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

- 8.5.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

8.5.1.1. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

8.5.1.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

8.5.2. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigido no Termo de Referência.

8.6. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via fac-símile (fax) número (68) 3214-1211 ou via e-mail [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br) no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 04 (quatro) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail;

8.7. Os documentos deverão ser enviados para o endereço: Rua Rui Barbosa, 174, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69.900-084 – CPL/SR/DPF/AC;

8.8. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.8.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para os quais será concedido o mesmo prazo especial para a regularização da situação fiscal.

8.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.11. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

8.12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. – DOS RECURSOS**

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. O adjudicatário, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

11.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

11.1.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da Contratante.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

11.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 11.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.3.2. prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 11.3.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

11.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.7. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- 11.7.1. caso fortuito ou força maior;
- 11.7.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- 11.7.3. descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;
- 11.7.4. atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

11.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

11.9. Será considerada extinta a garantia:

- 11.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.9.2. no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato. O prazo de vigência da contratação é de 45 dias a contar da publicação no D.O.U.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, cujo resultado será anexado aos autos do processo.

12.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

### **13. DO REAJUSTE**

13.1. O preço é fixo e irredutível.

### **14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

### **16. DO PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

16.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

16.4.1. Eventual situação de irregularidade fiscal da contratada não impede o pagamento, se o serviço tiver sido prestado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento da empresa e rescisão contratual.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.8.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I =  $\frac{6}{100}$

I = 0,00016438

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## **17. - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 17.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 17.1.2. apresentar documentação falsa;
- 17.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 17.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.5. não manter a proposta;
- 17.1.6. cometer fraude fiscal;
- 17.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 17.3.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 17.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

17.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A impugnação poderá ser realizada somente por forma eletrônica, através do e-mail [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br), ou pelo fax (68) 3214-1211.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rui Barbosa, 174, bairro Centro, Rio Branco/AC, nos dias úteis, no horário das 8h30 às 11h30 e das 14h30 às 17h30, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 19.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 19.10.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 19.10.3. ANEXO III – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União;
- 19.10.4. ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;
- 19.10.5. ANEXO V – Modelo de Termo de Vistoria

Rio Branco/AC , 01 de novembro de 2013.

---

**MARCELO SALVIO REZENDE VIEIRA**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional de Polícia Federal no Acre

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA  
PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**PREGÃO Nº 09/2013**

Processo Administrativo n.º

08797.002902/2013-04  
08220.013825/2013-34  
08220.015096/2013-51  
08221.007728/2013-01

## **1. OBJETO**

- 1.1. Este documento foi elaborado com base nas Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.520, de 17 de julho de 2002, com os fundamentos no Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997 e 3.555, de 08 de agosto de 2000, constituindo-se como peça integrante do procedimento licitatório, contendo os elementos básicos essenciais fixados nas referidas leis, descritos de forma a subsidiar os interessados em participar do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta comercial.
- 1.2. O presente processo licitatório tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços **não** continuados, para manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, materiais, mão de obra e equipamentos para embarcação, visando atender as necessidades da Superintendência Regional no Estado do Acre (SR/DPF/AC), conforme especificações constantes neste Termo de Referência e condições estabelecidas no edital e demais anexos.

## **2. SERVIÇOS EVENTUAIS**

- 2.1. Quaisquer outros serviços adicionais eventualmente necessários, relativos ao objeto deste Termo de Referência só poderão ser realizados mediante autorização do Fiscal dos Serviços e dentro dos limites legais permitidos.

## **3. DEFINIÇÃO DE COMO O SERVIÇO ATENDERÁ AO INTERESSE PÚBLICO**

- 3.1. A execução do serviço de reforma do objeto atenderá às necessidades de restabelecer as condições normais de operacionalidade das lanchas, haja vista que diversas peças e componentes atingirão o limite de vida útil pelo tempo de uso, necessitando de substituição. O emprego de uma embarcação depende, significativamente, da confiabilidade apresentada pelos diversos sistemas e equipamentos de bordo, possibilitando o deslocamento da mesma com segurança, visando ao cumprimento das diversas tarefas atribuídas, relacionadas às atividades de Policiamento Fluvial, com o propósito de combater a criminalidade nos rios, evitar incidentes que concorram para a poluição do ambiente hídrico e preservar a segurança da navegação, bem como salvaguardar a vida humana.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

#### 4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A forma de prestação dos serviços será indireta, no regime de Empreitada Menor Preço Por Item.

#### 5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Contratação de serviços **NÃO CONTINUADOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS PARA EMBARCAÇÕES**, conforme condições estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE EMBARCAÇÕES	PREÇO ESTIMADO
1	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	Embarcação Cruzeiro do Juruá, identificada pela placa de patrimônio Nº 5148, sendo esta a principal embarcação da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.	R\$ 45.100,00
2	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	Lancha, identificada pela placa de patrimônio Nº 7994, sendo essa uma embarcação de apoio da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.	R\$ 6.000,00
3	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	Lancha, pertencente à Operação Sentinela que se encontra em uso pela Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro do Sul/AC.	R\$ 8.500,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

4	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	01 barco em alumínio rajado, com capacidade para 5 pessoas, com comando central, cadeira giratória, marca navegador, com MOTOR 40 HP SUZUKI, COM CARRETA	R\$ 4.765,30
5	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	01 barco em alumínio soldado, com capacidade para 800 kg (06 pessoas), semi chata, marca shark 600clx, com comando central, com MOTOR 40 HP MERCURY, COM CARRETA	R\$ 5.504,16
6	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	01 barco em alumínio, com capacidade 06 pessoas, com MOTOR 45 HP JHONSON, COM CARRETA	R\$ 3.841,45

5.2. Os itens possuem os seguintes detalhamentos:

ITEM 1		
	EMBARCAÇÃO CRUZEIRO DO JURUÁ	
	Descrição do serviço	Valor
1	Substituir 13,30 m² de revestimento de madeira interno da embarcação por chapa de alumínio 2,0 mm nas laterais adjuntas ao casco.	R\$ 4.500,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

2	Substituir 11,80 (onze vírgula oitenta) m <sup>2</sup> de madeira dos baús que servem de base para os colchões. A madeira a ser utilizada deverá ter 15 mm de espessura. Deverá ser realizado acabamento em fórmica cinza na parte externa dos baús, totalizando 7,00 (sete) m <sup>2</sup> . A montagem dos baús deverá ser realizada com cantoneira de alumínio. A parte em que não for instalada fórmica deverá ser pintada na cor branca, com tinta esmalte.	R\$ 2.500,00
3	Substituir todos os tampos dos baús, os quais também servem como estrado dos colchões, totalizando 7,40 (sete vírgula quarenta) m <sup>2</sup> . Na parte superior dos tampos deverá ser instalada fórmica cinza, totalizando também 7,40 (sete vírgula quarenta) m <sup>2</sup> . A parte dos tampos em que não for fixada fórmica deverá ser pintada na cor branca com tinta esmalte. Os tampos deverão ser fixados com dobradiças em uma das arestas.	R\$ 2.000,00
4	Revisão geral do casco da embarcação, o qual possui medidas 15x3x1,5 m, corrigindo amassados, vazamentos, realizando soldas, etc.	R\$ 2.000,00
5	Revisão geral no teto da embarcação a fim de localizar e sanar vazamentos existentes, o qual mede 11x3 m.	R\$ 1.500,00
6	Substituição das esquadrias de alumínio das seis janelas laterais (1,35 x 0,90 m cada), e das duas frontais (0,76 x 0,85 m cada) colocando também acrílico fosco novo em cada. Cada janela deverá possuir sistema de trancamento, exceto as frontais, que são fixas. Deve ser dada garantia de funcionamento de no mínimo um ano.	R\$ 3.000,00
7	Substituição das esquadrias de alumínio das quatro janelas (0,60 x 0,50 m) na parte traseira, colocando acrílico (5,0 mm) fosco novo em cada. Cada janela deverá possuir sistema de trancamento. Deve ser dada garantia de funcionamento de no mínimo um ano.	R\$ 2.000,00
8	Refazer a instalação elétrica geral, com substituição da fiação, das luzes de navegação, luzes internas, luzes do camarote, chave geral, disjuntores, cabos de bateria, substituição de terminais, bomba de esgoto, bomba de água doce, sirene, luz de polícia e buzina.	R\$ 2.000,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

9	Pintura completa da parte externa da embarcação, totalizando 230,00 (duzentos e trinta) m², da mesma cor da existente (cinza). A tinta deve ser adequada para embarcações que operam em água doce, bem como realizar todo o tratamento anti-corrosão e impermeabilização do casco. No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada. Deve ser dada garantia da pintura de no mínimo três anos. Devem ser colados na parte externa, conforme configuração atual (20 cm de altura), adesivos refletivos com a inscrição "Polícia Federal" e "Cruzeiro do Juruá", bem como distintivo da Polícia Federal.	R\$ 8.500,00
10	Pintura da parte interna da embarcação, totalizando 52,00 (cinquenta e dois) m², na mesma cor da existente (branca). No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada. Deve ser dada garantia da pintura de no mínimo três anos.	R\$ 6.000,00
11	Substituição do sistema de iluminação e sinalização interno e externo.	R\$ 2.000,00
12	Substituição do sistema hidrossanitário do banheiro, inclusive vaso sanitário.	R\$ 1.000,00
13	Conserto da direção hidráulica.	R\$ 1.500,00
14	Instalação de Mastro para bandeira medindo 80 cm.	R\$ 500,00
15	Manutenção geral no motor, realizando troca de óleo, substituição de buchas, retentores, rolamentos, engrenagens, eixos e demais peças que se fizerem necessárias, dando garantia mínima de seis meses.	R\$ 3.000,00
16	Manutenção preventiva no Grupo Gerador, realizando troca de óleo, substituição de buchas, retentores, rolamentos, engrenagens, eixos e demais peças que se fizerem necessárias, dando garantia mínima de seis meses.	R\$ 2.500,00
17	Manutenção no sistema de ar condicionado, considerando substituição de peças, bem como colocação de gás.	R\$ 600,00
TOTAL		R\$ 45.100,00

ITEM 2		
	EMBARCAÇÃO LANCHAS 7994	
	Descrição do serviço	Valor



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

1	Pintura completa da embarcação, totalizando 28,50 (vinte e oito vírgula cinquenta) m². A tinta deve ser adequada para embarcações que operam em água doce, bem como realizar todo o tratamento anti-corrosão e impermeabilização do casco. No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada.	R\$ 3.000,00
2	Instalar estrutura de alumínio tubular com diâmetro de 1" (uma polegada) para colocação de cobertura e sistema que permita a fixação de lona de vinil. A estrutura deverá ser fixada com parafusos, a fim de possibilitar a sua retirada, quando necessário. A estrutura deverá cobrir uma área de 3 (três) m². Deverá também possuir altura de 1 (um) metro.	R\$ 1.500,00
3	Reformar os dois bancos existentes na embarcação.	R\$ 1.000,00
4	Instalar dois bancos na parte traseira da embarcação.	R\$ 500,00
TOTAL		R\$ 6.000,00

ITEM 3		
	EMBARCAÇÃO LANCHAS OPERAÇÃO SENTINELA	
	Descrição do serviço	Valor
1	Pintura completa da embarcação, totalizando 38,00 (trinta e oito) m². A tinta deve ser adequada para embarcações que operam em água doce, bem como realizar todo o tratamento anti-corrosão e impermeabilização do casco. No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada.	R\$ 3.000,00
2	Substituição do piso da lancha por piso de alumínio 3 (três) mm, totalizando 5,15 (cinco vírgula quinze) m². (Imagem 35 e 36)	R\$ 2.000,00
3	Reforço no fundo da embarcação e no espelho da popa.	R\$ 2.000,00



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203 / 3214-1208](tel:(68)3214-1203), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

4	Instalar estrutura de alumínio tubular com diâmetro de 1' (uma polegada) para colocação de cobertura e sistema que permita a fixação de lona de vinil. A estrutura deverá ser fixada com parafusos, a fim de possibilitar a sua retirada, quando necessário. A estrutura deverá cobrir uma área de 7,50 (sete vírgula cinquenta) m². Deverá também possuir altura de 1,20 (um vírgula vinte) metro.	R\$ 1.500,00
TOTAL		R\$ 8.500,00

ITEM 4		
	Descrição do serviço	
1	TROCA DA HÉLICE, SUBSTITUIÇÃO DA BATERIA HELIAR 65A, TROCA DAS VELAS DE IGNIÇÃO, RETENTORES, TANQUE E MANGUEIRAS E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS	1.807,30
2	SUBSTITUIÇÃO DA BOMBA DE PORÃO E AUTOMÁTICO, SUBSTITUIÇÃO DO TAPÃO COM ROSCA, SUBSTITUIÇÃO DAS CADEIRAS COM ENCONSTO E DEMAIS SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DOS RESPECTIVOS MATERIAIS FORNECIDOS	1.934,40
3	REVISÃO COM TROCA DE ROLAMENTOS, PNEUS E SISTEMA ELÉTRICOS DA CARRETA	1.023,60
TOTAL		4.765,30

ITEM 5		
	Descrição do serviço	





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

1	TROCA DA HÉLICE DE ALUMÍNIO, SUBSTITUIÇÃO DA BATERIA HELIAR 65AMP, TROCA DAS VELAS DE IGNIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS, MANGUEIRA, CONECTORES E BULBO, MANUTENÇÃO DO ALTERNADOR, E DEMAIS SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DOS RESPECTIVOS MATERIAIS FORNECIDOS.	2.118,56
2	SERVIÇOS DE REMOÇÃO, RECUPERAÇÃO, REFORÇO COM CHAPA DE ALUMÍNIO, TROCA DE MADEIRA, PARAFUSOS, SOLDA E REINSTALAÇÃO DO MOTOR, COM TROCA TOLDO.	1.772,00
3	DESEMPENAR O ENGATE, TROCA DE ROLAMENTOS, PNEUS E REVISAR TODO SISTEMA ELÉTRICO	1.613,60
TOTAL		5.504,16

ITEM 6		
	Descrição dos serviços	Valor
1	SERVIÇOS DE REPARO DO MOTOR, REVISÃO E TROCA DO AFOGADOR, TROCA DE VELAS DE IGNIÇÃO DO MOTOR E REVISÃO DO CARBURADOR, E DEMAIS SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DOS RESPECTIVOS MATERIAIS FORNECIDOS	1.540,35
2	FIXAÇÃO DAS CADEIRAS	1.277,50
3	REVISÃO COM TROCA DE ROLAMENTOS, PNEUS E SISTEMA ELÉTRICOS.	1.023,60
TOTAL		3.841,45

**5.3. Observações aos itens 1, 2 e 3:**

5.3.1. Os serviços da reforma a serem realizados na embarcação Cruzeiro do Juruá, estão descritos abaixo e suas especificações devem atender ao critério de padronização e qualidade do Departamento de Polícia Federal.

5.3.1.1. Substituir 13,30 (treze vírgula trinta) m<sup>2</sup> de revestimento de madeira interno da embarcação por chapa de alumínio 2,0 (dois) mm nas laterais adjuntas ao casco (Imagens 1, 2 e 3);

5.3.1.2. Substituir 11,80 (onze vírgula oitenta) m<sup>2</sup> de madeira dos baús que servem de base para os colchões. A madeira a ser utilizada deverá ter 15 mm de espessura. Deverá ser realizado acabamento em fórmica cinza na parte externa dos baús, totalizando 7,00 (sete) m<sup>2</sup>. A montagem dos baús deverá ser realizada com cantoneira de alumínio. A parte em que não for instalada fórmica deverá ser pintada na cor branca, com tinta esmalte (Imagens 4, 5 e 6);

5.3.1.3. Substituir todos os tampos dos baús, os quais também servem como estrado dos colchões, totalizando 7,40 (sete vírgula quarenta)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

m<sup>2</sup>. Na parte superior dos tampos deverá ser instalada fórmica cinza, totalizando também 7,40 (sete vírgula quarenta) m<sup>2</sup>. A parte dos tampos em que não for fixada fórmica deverá ser pintada na cor branca com tinta esmalte. Os tampos deverão ser fixados com dobradiças em uma das arestas.

- 5.3.1.4. Revisão geral do casco da embarcação, o qual possui medidas 15x3x1,5 m, corrigindo amassados, vazamentos, realizando soldas, etc. (Imagem 7, 8, 9 e 10)
- 5.3.1.5. Revisão geral no teto da embarcação a fim de localizar e sanar vazamentos existentes, o qual mede 11x3 m. (Imagem 11, 12 e 13)
- 5.3.1.6. Substituição das esquadrias de alumínio das seis janelas laterais (1,35 x 0,90 m cada), e das duas frontais (0,76 x 0,85 m cada) colocando também acrílico fosco novo em cada. Cada janela deverá possuir sistema de trancamento, exceto as frontais, que são fixas. Deve ser dada garantia de funcionamento de no mínimo um ano. (Imagem 14, 15 e 16).
- 5.3.1.7. Substituição das esquadrias de alumínio das quatro janelas (0,60 x 0,50 m) na parte traseira, colocando acrílico (5,0 mm) fosco novo em cada. Cada janela deverá possuir sistema de trancamento. Deve ser dada garantia de funcionamento de no mínimo um ano. (Imagem 17).
- 5.3.1.8. Pintura completa da parte externa da embarcação, totalizando 230,00 (duzentos e trinta) m<sup>2</sup>, da mesma cor da existente (cinza). A tinta deve ser adequada para embarcações que operam em água doce, bem como realizar todo o tratamento anti-corrosão e impermeabilização do casco. No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada. Deve ser dada garantia da pintura de no mínimo três anos. Devem ser colados na parte externa, conforme configuração atual (20 cm de altura), adesivos refletivos com a inscrição “Polícia Federal” e “Cruzeiro do Juruá”, bem como distintivo da Polícia Federal. (Imagem 18, 19 e 20)
- 5.3.1.9. Pintura da parte interna da embarcação, totalizando 52,00 (cinquenta e dois) m<sup>2</sup>, na mesma cor da existente (branca). No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada. Deve ser dada garantia da pintura de no mínimo três anos. (Imagem 21)
- 5.3.1.10. Substituição do sistema hidrossanitário do banheiro, incluindo vaso sanitário, encanamentos, torneiras. (Imagem 22 e 23).
- 5.3.1.11. Substituição do sistema de iluminação e sinalização interno e externo, incluindo fiação, interruptores, condutores e tubulação. (Imagem 24 e 25)
- 5.3.1.12. Substituição da caixa de força juntamente com disjuntores novos, bem como toda a fiação, tubulação elétrica, interruptores e tomadas. (Imagem 26)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 5.3.1.13. Conserto da direção hidráulica, incluindo fornecimento de retentores, buchas e fluido hidráulico. (Imagem 27 e 28).
- 5.3.1.14. Instalação de mastro medindo 80 cm de altura para colocação de bandeira marítima.
- 5.3.1.15. Manutenção geral no motor, realizando troca de óleo, **substituição** de buchas, retentores, rolamentos, engrenagens, eixos e demais peças que se fizerem necessárias, dando **garantia mínima de seis meses**.
- 5.3.1.16. Manutenção preventiva no Grupo Gerador, realizando troca de óleo, **substituição** de buchas, retentores, rolamentos, engrenagens, eixos e demais peças que se fizerem necessárias, dando **garantia mínima de seis meses**.
- 5.3.1.17. Manutenção no sistema de ar condicionado, considerando substituição de peças e filtros, bem como colocação de gás. Para a execução dos serviços de manutenção preventiva, exige-se o cumprimento ao disposto na Resolução - RE n.º 9, de 16 de janeiro de 2003 e Portaria n.º 3.523/GM, de 28 de agosto de 1998, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, assim como deverão ser observadas as orientações dos fabricantes dos aparelhos de ar condicionado.
- 5.3.2. Os serviços da reforma a serem realizados na lancha, identificada pela placa de patrimônio Nº 7994, estão descritos abaixo e suas especificações devem atender ao critério de padronização e qualidade do Departamento de Polícia Federal.
- 5.3.2.1. Pintura completa da embarcação, totalizando 28,50 (vinte e oito vírgula cinquenta) m². A tinta deve ser adequada para embarcações que operam em água doce, bem como realizar todo o tratamento anti-corrosão e impermeabilização do casco. No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada. **Deve ser dada garantia da pintura de no mínimo três anos.** (Imagem 29 e 30)
- 5.3.2.2. Instalar estrutura de alumínio tubular com diâmetro de 1' (uma polegada) para colocação de cobertura e sistema que permita a fixação de lona de vinil. Fornecer a lona de vinil, juntamente com os fixadores. A estrutura deverá ser fixada com parafusos, a fim de possibilitar a sua retirada, quando necessário. A estrutura deverá cobrir uma área de 3 (três) m². Deverá também possuir altura de 1 (um) metro.
- 5.3.2.3. Reformar os dois bancos existentes na embarcação, considerando substituição da esponja e do revestimento. (Imagem 31 e 32)
- 5.3.2.4. Instalar dois bancos novos na parte traseira da embarcação, do mesmo modelo dos já existentes.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

5.3.3. Os serviços da reforma da lancha, pertencente à Operação Sentinela, estão descritos abaixo e suas especificações devem atender ao critério de padronização e qualidade do Departamento de Polícia Federal.

5.3.3.1. Pintura completa da embarcação, totalizando 38,00 (trinta e oito) m<sup>2</sup>. A tinta deve ser adequada para embarcações que operam em água doce, bem como realizar todo o tratamento anti-corrosão e impermeabilização do casco. No mínimo duas demãos. Usar também tinta de fundo apropriada. **Deve ser dada garantia da pintura de no mínimo três anos.** (Imagem 33 e 34)

5.3.3.2. Substituição do piso da lancha por piso de alumínio 3 (três) mm, totalizando 5,15 (cinco vírgula quinze) m<sup>2</sup>. (Imagem 35 e 36)

5.3.3.3. Reforço estrutural no fundo da embarcação e no espelho da popa (Imagem 37 e 38).

5.3.3.4. Instalar estrutura de alumínio tubular com diâmetro de 1' (uma polegada) para colocação de cobertura e sistema que permita a fixação de lona de vinil. A estrutura deverá ser fixada com parafusos, a fim de possibilitar a sua retirada, quando necessário. A estrutura deverá cobrir uma área de 7,50 (sete vírgula cinquenta) m<sup>2</sup>. Deverá também possuir altura de 1,20 (um vírgula vinte) metro.

## **6. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O Departamento de Polícia Federal tem atribuições de fiscalização em zona primária, secundária e zona de vigilância aduaneira, e, para cumprimento de sua atividade-fim, necessário se faz o uso de equipamentos náuticos, que devem estar prontos para serem utilizados, sempre que necessário. Para tanto, é imprescindível que a Administração concorra para o seu reparo e manutenção preventiva e corretiva.

6.2. O serviço é indispensável para manter a frota de embarcações em condições de uso adequadas para o cumprimento das atribuições do Departamento de Polícia Federal na área de atuação das unidades de polícia marítima da Superintendência Regional no Estado do Acre, bem como para a preservação patrimonial de bens do DPF.

6.3. O quadro de servidores da DPF/AC não conta com profissionais com conhecimentos e competência suficientes para execução dos serviços ora licitados

6.4. A execução do serviço em tela atenderá às necessidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Acre e com base na experiência própria de anos de contratos similares neste estado e em outras regionais, pode-se afirmar que a manutenção preventiva e corretiva destas embarcações é imprescindível para o regular desempenho das atribuições do DPF.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 6.5. O Decreto nº. 2.271/97 e a Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008 estabelece que possam ser contratados pela Administração Pública os serviços de terceiros que apóiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão.
- 6.6. Os serviços a serem contratados são caracterizados como serviços comuns de que trata a Lei nº. 10.520/02, o Decreto nº. 5.450/05 e o Decreto nº. 3.555/00 haja vista que os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de suas prestações são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem licitados por meio do Pregão.
- 6.7. Nos termos do parágrafo único do art.6º da Instrução Normativa nº02/2008 - SLTI/MPOG, os serviços a serem contratados não geram vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 6.8. Portanto, observadas as formalidades necessárias, fica evidenciada a necessidade do processo licitatório em pauta, com vistas ao interesse público.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 7.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, e parágrafo 1º do art. 2º, do Decreto 5.450/2005.
- 7.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 7.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **8. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 8.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- 8.1.1. Serviços de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de peças para embarcações sob guarda da Superintendência Regional do Acre;
- 8.1.2. A organização das atividades seguirá os procedimentos de controle já existentes no Departamento de Polícia Federal, supervisionada pelo chefe imediato do setor;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

8.1.3. Os serviços serão prestados observando-se os princípios de urbanidade, ética, bom senso, pontualidade, qualidade e higiene, atentando-se a todos os dispositivos legais e normas pertinentes à prestação desse tipo de serviço.

9. A empresa deve possuir todas as certidões, pareceres e alvarás necessários a prestação desse tipo de serviço. Tais documentos devem estar válidos. A qualquer tempo o Fiscal do Contrato poderá exigir tais documentos para conferência.

**10. SÃO RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

- 10.1. Não subcontratar os serviços deste Termo de Referência;
- 10.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimo ou supressões que o departamento de polícia federal realizar nos serviços contratados, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 10.3. Admitir e dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal capacitado e habilitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução dos serviços, correndo por sua conta todos os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária e civil, apresentando, ainda, AO FISCAL DO CONTRATO, sempre que solicitado, a relação atualizada desse pessoal;
- 10.4. Responder pela direção técnica, administrativa, supervisão e quantidade de empregados necessários e suficientes à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, a qual responderá, na forma da lei, por qualquer imperfeição porventura constatada na sua execução. O exercício das funções da Fiscalização pela CONTRATANTE, no desempenho de suas atribuições, não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados;
- 10.5. **Fornecer, por conta própria, todos os materiais e equipamentos, ferramentas universais e especiais, necessários à execução plena dos serviços contratados, ainda que não cotados em sua proposta;**
- 10.6. Fornecer alimentação diária (almoço, lanche e jantar quando em extensão da jornada de trabalho) a todo seu pessoal que estiverem executando o serviço, sem ônus para o Departamento de Polícia Federal;
- 10.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer custo de transporte e embalagem para a sua instalação, e caso se faça necessário, de toda e qualquer peça e/ou componente inerente ao serviço objeto do Termo de Referência. Sendo assim, qualquer tipo de dano ou extravio que possa(m) vir a sofrer durante o transporte, e enquanto permanecer(em) em suas instalações será de sua responsabilidade;
- 10.8. Fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários ao seu pessoal, observando todas as precauções e normas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (Lei nº 6.514 de 22/12/77 – DOU de 23/12/77) e normas do Ministério do Trabalho. Atos e





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

Fatos considerados inseguros determinarão a paralisação dos serviços, sendo o ônus pelo atraso de sua responsabilidade;

- 10.9. Assumir o compromisso de manter o DPF livre e a salvo de toda e qualquer queixa, reivindicação ou reclamação de seus empregados por perdas e danos ou indenização por prejuízos de qualquer natureza, que tenha sofrido ou causado a terceiros, em decorrência do cumprimento dos serviços, independentemente de haver ou não contratado seguro adequado e suficiente para tais circunstâncias. O não atendimento a esse subitem obriga a Contratada a ressarcir ao DPF todo e qualquer valor que porventura este venha a ser condenado em juízo a pagar a terceiros, por força de reclamação trabalhista e/ou indenização por perdas e danos;
- 10.10. Pagar, pontualmente, os salários e adicionais que sejam ou venham a ser devidos a seus empregados, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o custo da mão-de-obra, seguro de acidentes do trabalho, todos os tributos e contribuições que gravem os custos dos serviços objeto deste Termo de Referência, e comprovar AO FISCAL DO CONTRATO o cumprimento dessas obrigações, sempre que solicitado;
- 10.11. Ser a única responsável por quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, fiscal e comercial e, igualmente, pelos acidentes de trabalho que seus empregados possam sofrer na execução dos serviços;
- 10.12. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e qualificação no processo licitatório, inclusive a sua situação de Regularidade Jurídica e Fiscal junto ao SICAF;
- 10.13. Facilitar o pleno exercício das atribuições do Fiscal do Contrato. O não atendimento das solicitações feitas pelo Fiscal será considerado motivo para aplicação das sanções contratuais;
- 10.14. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição de serviços pela fiscalização e pelos atrasos acarretados por esta rejeição, de acordo com as disposições destes Serviços;
- 10.15. Responsabilizar-se durante a execução dos serviços contratados por qualquer dano que, direta ou indiretamente, ocasionar a bens da Contratante ou sob sua responsabilidade, ou ainda de terceiros, na área de execução dos mesmos. Constatado dano a bens da Contratante ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a Contratada deverá de pronto repará-los;
- 10.16. Manter atualizadas, junto aos órgãos competentes, as inscrições/registros específicos que a legitime o exercício dos serviços constantes do Termo de Referência;
- 10.17. Comunicar à fiscalização quaisquer irregularidades, dificuldades ou anormalidades que possam afetar o cumprimento do presente Termo de Referência;
- 10.18. Emitir Nota Fiscal para os serviços realizados;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 10.19. Responsabilizar-se pela segurança física dos locais dos serviços contra furtos, etc., durante a execução do mesmo;
- 10.20. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução de serviços, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos;
- 10.21. Tomar todos os cuidados necessários para que, da consecução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- 10.22. Manter no local dos serviços um livro denominado “Diário de Ocorrência” com todas as folhas numeradas e assinadas pelo seu representante ou pelo Fiscal do Contrato;
- 10.23. Cumprir fiel e integralmente perante ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, exigências que venham a ser feitas pelo Fiscal;
- 10.24. Fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos técnicos que lhe venham a ser solicitados pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL ou pelo Fiscal do Contrato, no que tange ao objeto deste acordo, de modo a garantir o seu perfeito acompanhamento técnico;
- 10.25. Reparar, corrigir, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
- 10.26. Emitir certificados de garantias dos serviços executados;
- 10.27. Esclarecer dúvidas sobre a qualidade, especificação ou instalação de qualquer equipamento ou peças;
- 10.28. A Contratada será responsável pelo descarte e destinação de embalagens de produtos químicos utilizados no processo de reforma;

## **11. FISCALIZAÇÃO**

- 11.1. O Fiscal do Contrato é a única pessoa credenciada pelo DPF para certificar Notas Fiscais relativas à conclusão de eventos;
- 11.2. A Contratada se obriga a cumprir fiel e integralmente, perante ao DPF, exigências que venham a ser feitas pelo Fiscal que terá plenos poderes para:
  - 11.2.1. Recusar materiais e serviços em desacordo com os constantes neste Termo de Referência;
  - 11.2.2. Exigir da CONTRATADA a retirada de quaisquer funcionários que embarquem a sua ação Fiscalizadora ou que não sejam considerados devidamente qualificados para execução dos serviços.
  - 11.2.3. A CONTRATADA obriga-se a fornecer, em qualquer época, os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Fiscal do Contrato, no que tange ao objeto deste Termo de Referência; e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

11.2.4. Todo e qualquer assunto de caráter técnico ou administrativo deverá ser tratado diretamente com o Fiscal do Contrato.

## **12. PRAZO DE EXECUÇÃO**

- 12.1. O período máximo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, considerados a partir do recebimento da Nota de Empenho;
- 12.2. Não caberá qualquer extensão dos prazos de execução como decorrência da adoção, por parte do DPF, de medidas que sustentem o serviço, por não estarem sendo executados de acordo com as exigências contratuais ou de maneira que atente contra a segurança do pessoal ou patrimonial do DPF ou de terceiros.
- 12.3. A CONTRATADA somente poderá iniciar os serviços mediante a aprovação da respectiva Nota de Empenho (NE) e/ou Ordem de Execução do Serviço, após assinatura do Termo de Contrato.

## **13. CUSTO ESTIMADO**

- 13.1. O custo estimado para os serviços estão apresentados na Planilha de Formação de Preços em anexo.
- 13.2. Nos preços estabelecidos estarão compreendidos todos os custos de serviços e materiais especificados neste Termo de Referência, tais como mão-de-obra, adicionais de salários, ferramentas, transporte de pessoal, alimentação, as despesas com leis sociais e trabalhistas, impostos, licenças, emolumentos fiscais e quaisquer outras despesas, inclusive lucro, necessários à perfeita execução dos serviços ora contratados.

## **14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

### **14.1. QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE**

- 14.1.1. A licitante deverá comprovar a capacitação técnico-operacional, com a apresentação de um ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, registrado no CREA, juntamente com **Declaração Formal** demonstrando possuir, em seu quadro permanente de funcionários, na data prevista para a entrega da proposta, profissionais com experiência na execução de serviços, compatíveis em características ao objeto licitado, principalmente montagem, soldagem, pintura e acabamento de embarcações em alumínio.
- 14.1.2. A CONTRATADA deverá indicar o profissional que será o responsável técnico pela execução e coordenação dos serviços necessários à realização do objeto deste Termo de Referência. Deve ser feita a comprovação do vínculo do profissional do responsável técnico com o quadro da empresa, mediante apresentação de cópia autenticada de um dos seguintes documentos:
  - 14.1.2.1. CTPS ou contrato de prestação de serviço;
  - 14.1.2.2. Contrato social, se dono ou sócio;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

14.1.2.3. Ficha de registro de empregado averbada no órgão competente do Ministério do Trabalho; ou

14.1.2.4. Outra forma legal.

14.1.3. **A vistoria prévia fica a critério da licitante.**

14.1.4. A licitante deverá demonstrar que dispõe de instalações, equipamentos compatíveis e pessoal técnico capacitado ao atendimento do padrão de qualidade exigido pelos serviços.

**14.2. GARANTIA DOS SERVIÇOS**

14.2.1. **A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução dos serviços ou de materiais empregados.**

14.2.2. **A CONTRATADA deverá emitir certificado de garantia técnica dos serviços executados por um período de no mínimo 3 (três) anos para a pintura do casco de alumínio e 6 (seis) meses para os demais itens, a partir da data do aceite final emitido pelo Fiscal do Contrato.**

**14.3. PRECAUÇÕES DE SEGURANÇA À SAÚDE A SEREM ADOTADAS**

14.3.1. É obrigatório o uso correto de todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que se façam necessários à execução dos serviços, conforme estabelece o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, a Portaria nº 3.214, e a Norma Regulamentadora específica (NR-6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPI), sem ônus ao DPF;

**14.4. OBRIGAÇÕES QUANTO AO IMPACTO AMBIENTAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

14.4.1. A Contratada deverá tomar todos os cuidados necessários para que, da execução dos serviços, não decorra qualquer degradação ao meio ambiente.

14.4.2. Não deverá ser jogado em lugar inadequado qualquer tipo de material descartável durante a execução do serviço.

14.4.3. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

14.4.3.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 14.4.3.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 14.4.3.2.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
- 14.4.3.2.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 14.4.3.2.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 14.4.3.2.4. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 14.4.3.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- 14.4.3.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 14.4.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:
- 14.4.4.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 14.4.4.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 14.4.4.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- 14.4.5. É vedada à contratada a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais.
- 14.4.6. As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada, conforme item VI da Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
- 14.4.7. Os produtos preservativos de madeira a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados no IBAMA, conforme artigo 3º da Portaria Interministerial nº 292, de 28/04/89, dos Ministros da Fazenda, da Saúde e do Interior, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 20/10/92, e legislação correlata.
- 14.4.8. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.
- 14.4.9. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.
- 14.4.10. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 14.4.10.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 14.4.10.2. Lançamento **in natura** a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 14.4.10.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

14.4.10.4. Outras formas vedadas pelo poder público.

- 14.4.11. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.
- 14.4.12. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
- 14.4.12.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- 14.4.12.2. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- 14.4.12.3. A SDO recolhida deve ser reciclada *in loco*, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.
- 14.4.12.4. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- 14.4.13. A contratada deverá providenciar o recolhimento dos recipientes de tintas, vernizes e solventes originários da contratação, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada e legislação correlata.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

#### **10.5. OUTRAS PRESCRIÇÕES DE CARÁTER ADMINISTRATIVO**

- 10.5.1.A CONTRATADA será a única responsável por quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, fiscal e comercial, e, igualmente, pelos acidentes de trabalho que venham a ocorrer, decorrentes da execução dos serviços.
- 10.5.2.A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos Serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à Fiscalização ou acompanhamento pelo órgão competente.
- 10.5.3.A CONTRATADA deverá apresentar a documentação relativa à comprovação dos adimplentes de obrigações trabalhistas inclusive das contribuições previdenciárias e depósito do FGTS, para com seus empregados, de seus prepostos ou subcontratados.

#### **11. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

##### **11.1. DOCAGEM, METALURGIA e PINTURA (Todas as embarcações)**

- 11.1.1.Os custos incorridos no transporte das lanchas, bem como os custos inerentes à docagem em local diferente da carreira do Porto ficarão a cargo da CONTRATADA.
- 11.1.1.1. As seguintes ações deverão ser efetuadas, após a docagem:
- 11.1.1.1.1. Inspecionar todo o casco e o convés (obras vivas e mortas);
  - 11.1.1.1.2. Raspar e lavar o casco;
  - 11.1.1.1.3. Remover as camadas de tinta com uso de removedor e lixadeira;
  - 11.1.1.1.4. Lixar, secar e aplicar resina epóxi e massa epóxi para dar acabamento;
  - 11.1.1.1.5. Inspecionar o costado e convés a fim de verificar a qualidade do serviço realizado;
  - 11.1.1.1.6. Inspecionar o casco para verificar a existência de fissuras e rachaduras;
  - 11.1.1.1.7. Soldar vazamentos existentes no casco; e
  - 11.1.1.1.8. Realizar a pintura interna e externa da embarcação, utilizando tinta e materiais adequados para água doce, devendo aplicar uma demão de primer epoxi e duas demãos de acabamento.

##### **11.2. REVISÃO GERAL DO GRUPO GERADOR (Somente Embarcação Cruzeiro do Juruá)**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

11.2.1. Manutenção geral do Grupo Gerador, considerando troca de óleo, **substituição** de buchas, retentores, rolamentos, engrenagens, eixos, etc.

**11.3. SISTEMA DE PROPULSÃO (Somente Embarcação Cruzeiro do Juruá)**

11.3.1. As seguintes ações deverão ser efetuadas:

- 11.3.1.1. Retirar o hélice e o acoplamento interno para verificar a existência de fissura nos cones, substituindo os avariados;
- 11.3.1.2. Retirar o eixo propulsor para verificar empeno no torno;
- 11.3.1.3. Desempenar, caso necessário, e conferir o alinhamento;
- 11.3.1.4. Retirar e inspecionar o leme, corrigindo as eventuais trincas e fissuras, ou substituindo-o, caso necessário;
- 11.3.1.5. Desmontar a reversora para inspecionar as lamelas, rolamentos, oring, retentores, engrenagens e eixos, substituindo os avariados;
- 11.3.1.6. Efetuar tratamento e pintura da reversora;
- 11.3.1.7. Montar o reversor e alinhar o conjunto motor x reversor;
- 11.3.1.8. Alinhar o eixo propulsor com o reversor;
- 11.3.1.9. Montar o sistema de resfriamento da reversora;
- 11.3.1.10. Montar o sistema de cabos da reversão;
- 11.3.1.11. Desmontar o resfriador, varetar e remontar;
- 11.3.1.12. Inspecionar o motor 200HP;
- 11.3.1.13. Retirar o motor da base com os respectivos calços de borracha;
- 11.3.1.14. Inspecionar todos os calços de borracha, substituindo os que apresentem a borracha antivibratória danificada;
- 11.3.1.15. Desmontar o sistema de injeção;
- 11.3.1.16. Retirar as sedes de válvulas (admissão e descarga);
- 11.3.1.17. Efetuar teste de pressão para verificar a existência de fissuras no cabeçote;
- 11.3.1.18. Aplinar, caso necessário;
- 11.3.1.19. Montar todo o conjunto;
- 11.3.1.20. Sacar os pinos da biela;
- 11.3.1.21. Manutenção do sistema de descarga dos motores;
- 11.3.1.22. Substituir as camisas e pistões (UTILIZAR PISTÕES ESPECIAIS PARA MOTORES MARÍTIMOS – VEDADO O USO DE PISTÕES VEICULARES);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 11.3.1.23. Substituir os anéis de segmento (usar anéis especiais compatíveis);
  - 11.3.1.24. Efetuar revisão no alternador e motor de arranque;
  - 11.3.1.25. Abrir, inspecionar, trocar os rolamentos, buchas, porta escova, escova, lavagem geral, aplicar verniz e estufa;
  - 11.3.1.26. Revisão de bombas de água doce;
  - 11.3.1.27. Desmontagem das bombas, verificação de rolamentos, selos, eixo, carcaça, rotor, impelidor e retentor;
  - 11.3.1.28. Montagem e teste das bombas;
  - 11.3.1.29. Revisão de bomba injetora e bicos;
  - 11.3.1.30. Desmontagem dos bicos para inspeção e troca das vedações;
  - 11.3.1.31. Montagem dos bicos, teste e regulagem na bancada de acordo com a tabela do fabricante;
  - 11.3.1.32. Desmontagem da bomba injetora;
  - 11.3.1.33. Inspeção nos elementos, válvulas e LDA;
  - 11.3.1.34. Troca do reparo das molas, juntas e oring;
  - 11.3.1.35. Montagem da bomba.
- 11.4. JANELAS E PARABRISAS (Somente Embarcação Cruzeiro do Juruá)**
- 11.4.1. Efetuar a substituição das janelas existentes por janelas novas juntamente com os ACRÍLICOS FOSCO 5,00 mm laterais e corrediços das janelas (com instalação dos respectivos puxadores e sistema de travamento). Realizar pintura das estruturas novas.
- 11.5. INSTALAÇÃO ELÉTRICA (Somente Embarcação Cruzeiro do Juruá)**
- 11.5.1. Refazer a instalação elétrica geral, com substituição da fiação, das luzes de navegação, luzes internas, luzes do camarote, chave geral, disjuntores, cabos de bateria, substituição de terminais, bomba de esgoto, bomba de água doce, sirene, luz de polícia e buzina.
- 11.6. CONVÉS INTERNO (PISO DA CABINE)**
- 11.6.1. As seguintes ações deverão ser adotadas para consecução deste serviço:
    - 11.6.1.1. Inspeção do piso interno da cabine;
    - 11.6.1.2. Inspeção da parte estrutural – longitudinais, transversais, cavernas, anteparas, base da reversora, base do motor e pisos; e
    - 11.6.1.3. Reforçar os componentes acima descritos que estejam com fissura ou rachadura.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

## **12. PINTURA (Todas as embarcações)**

### **12.1. RESPONSABILIDADES**

- 12.1.1.A responsabilidade pelo cumprimento dos procedimentos inerentes às atividades de tratamento de superfície e aplicação do esquema de pintura, bem como pela medição das camadas de tinta aplicadas, caberá ao profissional da Empresa contratada para a execução do serviço.** Entretanto, o Fiscal dos Serviços realizará o monitoramento constante das atividades supracitadas, reportando a esse profissional quaisquer não conformidades porventura constatadas, visando à adoção de ações corretivas.
- 12.1.2.A contratada deverá apresentar um programa contendo o detalhamento dos procedimentos a serem seguidos para a realização da pintura das embarcações, bem como certificado de garantia do serviço realizado, pelo prazo de no mínimo 36 meses.

### **12.2. PROCEDIMENTOS**

- 12.2.1.1. Os procedimentos são subdivididos em duas etapas, a primeira etapa consiste no tratamento de superfície que compreende as atividades de limpeza com solvente, lixamento do substrato de alumínio e a remoção de resíduos metálicos. A segunda etapa consiste na atividade de aplicação do esquema de pintura propriamente dito nas obras vivas e mortas dos cascos.
- 12.2.1.2. Etapa de tratamento de superfície compreende as atividades de limpeza com solvente, lixamento do substrato de alumínio e remoção de resíduos metálicos.
- 12.2.1.3. A atividade de limpeza com solvente visa à remoção de todos os contaminantes oleosos, porventura existentes sob o substrato de alumínio.
- 12.2.1.4. Em relação à atividade de lixamento do substrato, realizada após a limpeza supracitada, visa propiciar um perfil de rugosidade (ranhuras) nesse substrato de alumínio, com o emprego de agentes abrasivos, de forma a possibilitar a ancoragem mecânica da primeira demão da tinta de fundo (primer) ao substrato que se almeja proteger.
- 12.2.1.5. Após o lixamento do substrato de alumínio deverá ser procedida a atividade de remoção de resíduos metálicos, cujo objetivo consiste na remoção de todos os resíduos metálicos oriundos da atividade de lixamento do substrato de alumínio, visando dessa forma propiciar uma superfície isenta de contaminantes metálicos à aplicação posterior do esquema de pintura.
- 12.2.1.6. A atividade de aplicação de massa para calafetagem, aplicada anteriormente à aplicação do esquema de pintura, visa proporcionar aos cordões de solda, uma superfície uniforme e plana, atenuando



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

dessa forma, as rugosidades e protuberâncias inerentes ao processo de solda, de modo a permitir o contato, a adesão e por conseguinte, a aplicação uniforme dos filmes de tintas nessas áreas localizadas, haja vista que as protuberâncias e rugosidades supracitadas são impeditivas para tal. Essa aplicação é realizada manualmente, com o emprego de massa à base de poliuretano ou de poliéster, cumprindo-se todos os requisitos de aplicação e de manipulação constantes nos manuais dos produtos, tais como: diluição do produto, período de cura total do produto e o período de cura para a aplicação dos filmes de tinta até a atenuação dessas protuberâncias e rugosidades.

- 12.2.1.7. A atividade de aplicação do esquema de pintura visa proporcionar proteção anticorrosiva aos cascos.
- 12.2.1.8. Deverá ser aplicada uma demão de tinta primer epóxi polisocianato de alta aderência, cor vermelho óxido ou cor branca;
- 12.2.1.9. Deverá ser aplicada duas demãos de tinta de acabamento epóxi FOSCO, cor CINZA;

**13. DETALHAMENTO DE ADESIVOS (Somente embarcação Cruzeiro do Juruá)**

- 13.1. Adesivo refletivo nas mesmas dimensões (20 cm de altura) da existente com os dizeres: Polícia Federal; Cruzeiro do Juruá, nas duas laterais e na parte traseira da embarcação;
- 13.2. Adesivo com o distintivo da Polícia Federal, também refletivo, cinco medindo 20x30 cm e dois medindo 40x60cm.

**14. VISTORIA**

- 14.1. Para sanar dúvidas sobre detalhes dos serviços e elaboração de sua proposta, a licitante PODERÁ realizar vistoria nas lanchas, objeto de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (68) 3311-1200 (Cruzeiro do Sul/AC) ou (68) 3214-1200 (Rio Branco/AC).
- 14.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o terceiro dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

**15. MATERIAIS PERTINENTES À EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

- 15.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas;
- 15.2. Para o cumprimento do esquema de pintura deverão ser utilizadas tintas especiais para embarcações de alumínio que operam em água doce;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 15.3. Os pistões utilizados nos motores deverão, obrigatoriamente, ser os especiais para motores marítimos – estando VEDADO o uso de pistões veiculares;
- 15.4. Somente serão aceitas PEÇAS ORIGINAIS nas substituições realizadas, bem como apresentação do Certificado de Garantia das mesmas e também do serviço de colocação.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 16.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 16.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- 16.3. **Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;**
- 16.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 16.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 16.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 16.7. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 16.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 16.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 16.11. **Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.**

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 17.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;
- 17.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 17.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor com conhecimento técnico especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 17.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 17.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 17.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **18. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

- 18.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 73.710,91 (Setenta e três mil setecentos e dez reais e noventa e um centavos).

## **19. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

- 19.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## **20. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 20.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 20.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 20.3. A fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.
- 20.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.
- 20.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 20.6. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.7. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 20.8. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:
- 20.8.1. Antes de iniciar o serviço de pintura a Contratada deverá apresentar as tintas que serão utilizadas para aprovação do Fiscal;
- 20.8.2. É VEDADO o fechamento do motor sem que o Fiscal verifique a qualidade dos pistões instalados; e
- 20.8.3. Deverão ser apresentadas ao Fiscal as Notas Fiscais que atestem que as peças empregadas são originais;
- 20.8.4. Somente será aceita nota fiscal quando juntamente com o termo de garantia dos serviços e peças pelo período estipulado neste Termo de Referência.

## **21. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 21.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente o contrato;
  - 21.1.2. Apresentar documentação falsa;
  - 21.1.3. Comportar-se de modo inidôneo;
  - 21.1.4. Cometer fraude fiscal;
  - 21.1.5. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Proposta ou no Contrato.
- 21.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem 19.1, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovados, ficará sujeita às seguintes penalidades, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:
- 21.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
  - 21.2.2. Multas, as quais serão calculadas sobre o valor contratado e serão descontadas do pagamento ou, quando necessário, cobradas judicialmente:
    - 21.2.2.1. 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento), para cada dia de atraso em relação a data fixada para o início de execução do objeto;
    - 21.2.2.2. 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento), para cada dia de atraso, em relação à data fixada para o término da execução dos serviços;
    - 21.2.2.3. 1% (um por cento), para cada dia de interrupção injustificada dos trabalhos; e
    - 21.2.2.4. 5% (cinco por cento), em caso de execução do objeto fora das especificações.
    - 21.2.2.5. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.
  - 21.2.3. Suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Departamento de Polícia Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos. Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.
  - 21.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203 / 3214-1208](tel:(68)3214-1203), [email: cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- 21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;
- 21.2.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 21.2.7.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 21.2.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.2.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.2.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.3. A CONTRATADA, uma vez notificada da penalidade, terá o direito de recorrer, através da autoridade que lhe aplicou a penalidade, à autoridade hierarquicamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que tomou ciência da penalidade imposta. A autoridade que aplicou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, ou então, ainda que neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que deverá proferir a decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento;
- 21.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

21.9. As penalidades estabelecidas neste Termo de Referência serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

21.10. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

**22. INFORMAÇÕES INDISPENSÁVEIS À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, SEJA DO PONTO DE VISTA TÉCNICO, SEJA DO PONTO DE VISTA DO PREÇO.**

22.1. A empresa deverá elaborar orçamento para prestação do serviço incluindo todos os materiais necessários para sua realização, bem como a mão-de-obra necessária para a sua execução.

22.2. O orçamento deverá informar o CNPJ; razão social; endereço; dados bancários; bem como validade de sua proposta; descrição do item; o valor unitário e total dos itens; o prazo para entrega; assinatura do responsável pela empresa, se comprometendo a fornecê-los pelo preço proposto dentro do prazo de validade da proposta informado, sob pena de sofrer as sanções cabíveis dispostas na Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93.

Rio Branco/AC, 24 de Outubro de 2013.

**FERNANDO OHTA YAGYU**

Agente de Polícia Federal  
SELOG/SR/DPF/AC  
3ª CLASSE - Mat. 18.504

De Acordo, encaminha-se ao  
Superintendente Regional para fins de  
aprovação.

**GIULLIANO TOGNI**

Agente de Polícia Federal  
Chefe do SELOG/SR/DPF/AC  
2ª CLASSE - Mat. 17943



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

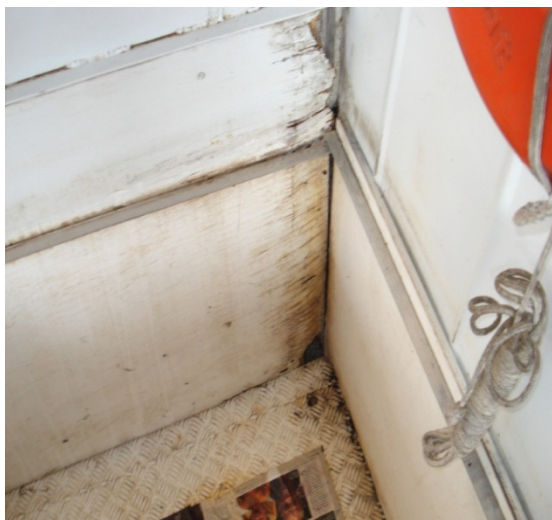
Em observância ao que determina o Art.  
9º, II, do Decreto n.º 5.450, de  
31/05/2005, aprovo o presente Termo  
de Referência.

**MARCELO SÁVIO REZENDE VIEIRA**  
Delegado de Polícia Federal  
Superintendente Regional  
SR/DPF/AC



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

## **ANEXO I**



**Imagem 1 e 2 (substituição do revestimento de madeira das laterais por chapa de alumínio 2mm)**



**Imagem 3 (substituição do revestimento de madeira das laterais por chapa de alumínio 2 mm)**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203 / 3214-1208](tel:(68)3214-1203), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 4 e 5 (substituição das madeiras que formam os baús existente com colocação de novos, revestidos com fórmica)**



**Imagem 6 (substituição das madeiras que formam os baús existentes com colocação de novos, revestidos com fórmica)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 7 e 8 (revisão geral do casco da embarcação)**



**Imagem 9 e 10 (revisão geral do casco da embarcação)**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 11 e 12 (revisão geral do teto da embarcação)**



**Imagem 13 (revisão geral do teto da embarcação)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 14 (substituição de seis esquadrias de alumínio laterais)**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**Imagem 15 (substituição de seis esquadrias de alumínio laterais)**



**Imagem 16 (substituição de duas esquadrias de alumínio frontais)**







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**Imagem 17 (substituição de quatro esquadrias de alumínio traseiras)**



**Imagem 18 (pintura completa da parte externa da embarcação)**



**Imagem 19 (pintura completa da parte externa da embarcação)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 20 (pintura completa da parte externa da embarcação)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 21 (pintura completa da parte interna da embarcação)**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 22 e 23 (substituição do sistema hidrossanitário, inclusive vaso**



**sanitário)**







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**Imagem 24 e 25 (substituição do sistema de iluminação e sinalização interno e externo)**



**Imagem 26 (substituição total da instalação elétrica e caixa de força)**



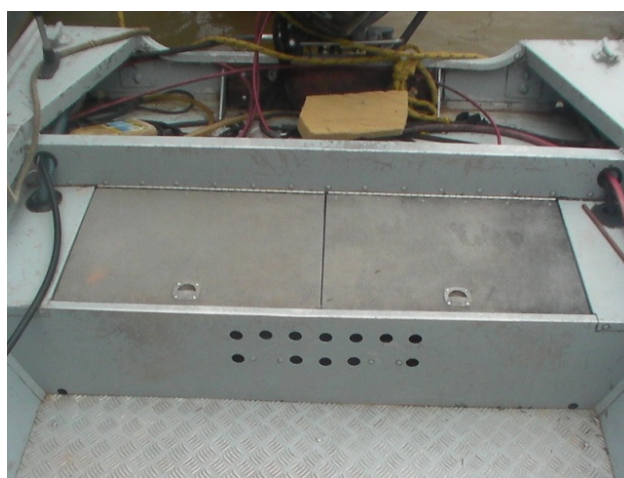
**Imagem 27 e 28 (Conserto da direção hidráulica)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 29 e 30 (pintura completa da embarcação)**



**Imagem 31 e 32 (Reformar os dois bancos existentes e instalação de dois bancos novos na parte traseira da embarcação)**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 33 e 34 (pintura completa da embarcação)**



**Imagem 35 e 36 (substituição do piso da embarcação, por chapa de alumínio 3 mm)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)



**Imagem 37 (Reforço estrutural no casco da embarcação)**



**Imagem 38 (Reforço estrutural no casco da embarcação)**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: cpl.srac@dpf.gov.br

## **ANEXO II**

### **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

**TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA  
REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO  
ACRE E A EMPRESA**

A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ACRE, com sede na Rua Floriano Peixoto, 874, Centro, na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.494/0019-65, neste ato representada pelo seu Superintendente Regional, Delegado de Polícia Federal, MARCELO SALVIO REZENDE VIEIRA, nomeado pela Portaria nº 2954/2012 – GAB/MJ, de 02 de maio de 2012, publicada no dia 03 de maio de 2012, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ...../20....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de **MANUTENÇÃO DE EMBARCAÇÕES**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**1.2.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**1.3.** Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE EMBARCAÇÕES	PREÇO ESTIMADO
1	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	Embarcação Cruzeiro do Juruá, identificada pela placa de patrimônio Nº 5148, sendo esta a principal embarcação da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.	R\$ 45.100,00
2	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	Lancha, identificada pela placa de patrimônio Nº 7994, sendo essa uma embarcação de apoio da Delegacia de Polícia Federal em Cruzeiro do Sul/AC.	R\$ 6.000,00
3	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	Lancha, pertencente à Operação Sentinela que se encontra em uso pela Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro do Sul/AC.	R\$ 8.500,00





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

4	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	01 barco em alumínio rajado, com capacidade para 5 pessoas, com comando central, cadeira giratória, marca navegador, com MOTOR 40 HP SUZUKI, COM CARRETA	R\$ 4.765,30
5	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	01 barco em alumínio soldado, com capacidade para 800 kg (06 pessoas), semi chata, marca shark 600clx, com comando central, com MOTOR 40 HP MERCURY, COM CARRETA	R\$ 5.504,16
6	Contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestação de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais e equipamentos para embarcações pertencentes à Superintendência Regional no Estado do Acre(SR/DPF/AC)	01 barco em alumínio, com capacidade 06 pessoas, com MOTOR 45 HP JHONSON, COM CARRETA	R\$ 3.841,45

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../.....

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

**3.1.** O valor total da contratação é de R\$ 73.710,91 (Setenta e três mil setecentos e dez reais e noventa e um centavos)

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203 / 3214-1208](tel:(68)3214-1203), [email: cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2013, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade: 00001**

**Fonte: 174**

**Programa de Trabalho: 064058**

**Elemento de Despesa: 3390.39.20**

**PI: SOF 0530013**

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

6.1. 6.1 O preço é fixo e irrevogável.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1 A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 3.685,55 (Três mil seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Contrato, observadas as condições previstas no Edital.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**10.1.** As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

**11.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**11.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.4.3.** Indenizações e multas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

**12.1.** É vedado à CONTRATADA:

**12.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**12.1.2.** Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

**13.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

**15.1.** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Rio Branco/AC - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em **02 (duas)** vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio Branco/AC, ..... de ..... de 2013.

---

**MARCELO SALVIO REZENDE VIEIRA**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**Superintendente Regional de Polícia Federal no Acre**

---

**Representante legal da CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

### **ANEXO III**

#### **TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: “8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das leis do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão- de- obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

**DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO**

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
Tel. (68) 3214-1203 / 3214-1208, email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

**DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA**

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

**DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE**

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

**GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES**

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

**BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO**

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

**MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO**

Procurador-Geral da União

**HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO**

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

**GRIJALBO FERNANDES COUTINHO**

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

**PAULO SÉRGIO DOMINGUES**

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE REGINA BUTRUS





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
**Termo de Conciliação Judicial** celebrado entre a União e o Ministério Público do trabalho, nos autos do processo nº 1082/02, da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, homologado em 05 de junho de 2003.

#### **ANEXO IV**

#### **MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

	Nº Processo	
--	-------------	--



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

L	Licitação Nº _____	
---	--------------------	--

Dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_:\_\_\_\_ horas

**Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)**

ITEM 1					
MOTOR	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
BARCO	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
VALOR TOTAL PARA ITEM 1					

ITEM 2					
MOTOR	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

BARCO	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
VALOR TOTAL PARA ITEM 2					

ITEM 3						
MOTOR	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
	MÃO DE OBRA	1				
	MATERIAIS					
BARCO	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
	MÃO DE OBRA	1				
	MATERIAIS					
VALOR TOTAL PARA ITEM 3						



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

ITEM 4						
MOTOR	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
	MÃO DE OBRA	1				
	MATERIAIS					
BARCO	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
	MÃO DE OBRA	1				
	MATERIAIS					
CARRETA	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
	MÃO DE OBRA	1				
	MATERIAIS					
VALOR TOTAL PARA ITEM 4						

ITEM 5					
MOTOR	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

BARCO	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
CARRETA	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
VALOR TOTAL PARA ITEM 5					

ITEM 6					
MOTOR	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
BARCO	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

	MATERIAIS				
CARRETA	FORNECIMENTO	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	MÃO DE OBRA	1			
	MATERIAIS				
VALOR TOTAL PARA ITEM 6					





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ACRE**  
Rua Floriano Peixoto nº 874 – Centro – Rio Branco/AC – CEP 69.900-090  
[Tel. \(68\) 3214-1203](tel:(68)3214-1203) / [3214-1208](tel:(68)3214-1208), email: [cpl.srac@dpf.gov.br](mailto:cpl.srac@dpf.gov.br)

### **ANEXO V**

(Processo Administrativo nº 08797.002902/2013-04)

### **TERMO DE DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

Pregão Eletrônico n.º 09/2013 - SR/DPF/AC

O servidor [REDACTED], matrícula nº [REDACTED], em exercício na [REDACTED] declara que a Empresa [REDACTED], CNPJ [REDACTED] no ato representada por [REDACTED], CPF [REDACTED], na forma estabelecida no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe, procedeu a vistoria nas embarcações das unidades da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Estado do Acre – SR/DPF-AC, as quais foram citadas no Edital nº [REDACTED] e que receberão os serviços de MENSAGEIRO, tomando conhecimento das peculiaridades necessárias para cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Rio Branco/AC, [REDACTED] de [REDACTED] de 2013.

[REDACTED]

(Cargo)